

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 18ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 29 de Agosto de 2019	Local: Escritório do Funbio em Brasília
Horário: 10:00 às 17:00 horas	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 04 Número De Membros Corporativos: 01 Membros Do Governo: 02 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: 02 2) Secretaria e outros observadores: 14 Listagem completa de participantes: Presidente da reunião: Vecita Chicchón; José Alentejano	

Agenda do dia:

I. INTRODUÇÃO

1. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.
2. Deliberação sobre a nova Presidência do CFT

II. APRESENTAÇÃO DA NOVA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DO PROGRAMA

III. DELIBERAÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS DOADORES NO CP

IV. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO B COMO SUBSÍDIO AO PEDIDO DE DESEMBOLSO:

- Condições de Desembolso
- Status para Consolidação e Criação

V. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO J:

- Cumprimento das Condições de Desembolso
- Cenários de Desembolso para o próximo biênio

VI. DEBATE SOBRE DESEMBOLSO PARA O PRÓXIMO BIÊNIO

VII. AUDITORIA 5% DAS UCS ARPA

- Resultados exercício 2018
- Previsibilidade de despesas (PO da Auditoria das 5% UCS)

VIII. ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO:

- Execução do programa
- Atualização gestão de ativos

IX. ATUALIZAÇÃO SOBRE INOVAÇÕES:

- Cartão de Despesas Locais (PO 20/21);
- Cartões (combustível e alimentação e manutenção)
- Capacitação de gestores do ARPA

X. APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE FUNDO DE CONTINGÊNCIA

XI. NGIs DO ICMBio – APRESENTAÇÃO DA NOTA TÉCNICA E DELIBERAÇÃO DO CFT

XII. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DO INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO REALIZADO NA FASE II DO PROGRAMA E PROPOSIÇÃO DE LINHAS DE APOIO E VALORES PARA A NOVA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE III.

XIII. CARTA PARA O FUNDO AMAZÔNIA ACERCA DA PROPOSTA DE APOIO AO PROGRAMA ARPA.

XIV. DELIBERAÇÃO SOBRE O FLUXO DE ANÁLISE DO RELATÓRIO I PELOS MEMBROS DOADORES.

XV. ENCERRAMENTO

I. **INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA**

Participantes: Mariana Pereira (MMA), Renata Gatti (MMA), Marco Bueno (MMA), André Schiessl (MMA), Thiago Barros (MMA) Fernanda Santos (ICMBio), Camila Lobo (ICMBio), Meg Symington (WWF-USA), Aldo Souza (Anglo American), Miguel Lanna (KfW), Florian Arneth (KfW), José Alentejano (WWF Brasil), Mariana Napolitano (WWF Brasil), Adriana Moreira (Banco Mundial), AVECITA Chicchón (Moore), Manoel Serrão (Funbio), Fábio Ribeiro (Funbio), Thales do Carmo (Funbio), Edegar Bernardes (Funbio), Mayne Moreira (Funbio), Mirela Vargas (chefe de gabinete SBIO).

AVECITA abre a reunião com a leitura de uma carta enviada por Luís de Souza, em que o mesmo agradece a honra e oportunidade de atuar na Presidência do CFT, entretanto mediante exposição de motivos manifesta a necessidade de entrega do cargo. Após a leitura da carta, AVECITA Chicchón prossegue fazendo a apresentação de José Alentejano como indicado a substituir Luis de Souza. José Alentejano se apresenta contextualizando sua participação no conselho do WWF Brasil, sua relação com o Funbio e o Programa ARPA.

Após a apresentação de José Alentejano, os doadores se reúnem em separado para debate e deliberação a respeito da indicação de José Alentejano para a Presidência do CFT.

José Alentejano é eleito o novo presidente do CFT.

A Secretaria do CFT repassa as decisões e encaminhamentos das duas últimas reuniões do CFT, realizadas em 13 de maio e 18 de julho de 2019.

Manoel Serrão alerta que há necessidade de retomada dos trabalhos com ICMBio, KfW e Banco Mundial no sentido de definição se ainda há interesse pela prioridade do processo de contratação de um sistema de rádio para as UCs Federais na Amazônia, que até então estaria em fase de geração de um documento de não objeção para essa contratação.

Camila Lobo informa que é necessário retomar a discussão internamente no ICMBio, pois este processo vinha sendo conduzido por Paulo Carneiro, que já havia posicionado o instituto em relação a importância do sistema para a instituição, porém atualmente é preciso identificar se há interesse da nova gestão pela continuidade do processo. Manoel Serrão coloca que a questão remonta a 2004 e que seria interessante colocar essa temática para a nova gestão para que possa se posicionar sobre o assunto.

Sobre o enquadramento da proposta do BNDES, quando mencionado que o CFT indicou que haveria de se pensar em outra forma de aceite da terceira condição de desembolso do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, Adriana Moreira frisa que para que se mude os critérios de aceite dessa condição de desembolso é necessário realizar uma revisão das estruturas de governança, condições de desembolso, planejamento e prazos do projeto.

II. **APRESENTAÇÃO DA NOVA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DO PROGRAMA (CP)**

Mariana Pereira inicia apresentação falando sobre a última reunião do Comitê do Programa Arpa, que aconteceu em 25 de junho de 2019, antes da extinção do Comitê. Mariana Pereira

coloca que a reunião teve pauta bastante extensa, e foi preciso realiza-la para que pontos importantes do planejamento do Programa não inviabilizassem o desembolso para o próximo biênio.

Devido ao prazo para a recriação do Comitê do Programa, o rito de apresentação da previsão de desembolso após o CFT precisou ser invertido. Como a UCP já tinha para a reunião do CP mais de 90% das FAUC preenchidas foi aprovada uma previsão de desembolso para o próximo biênio, cujo valor ficou muito próximo do que seria apresentado ao CFT. Mariana Pereira finaliza a fala informando que a reunião do CP em 25 de junho foi bastante produtiva e contou com ampla representação.

Mariana Pereira continua afirmando que apesar da limitação no número de membros do novo Comitê do Programa, que de acordo com o Decreto Nº 9759/2019 da casa civil passará a ser de sete representantes, o novo arranjo do CP buscou manter a diversidade de representações institucionais.

De acordo com o novo arranjo a presidência do Comitê do Programa deixa de ser da Secretaria Executiva do MMA e passa para a Secretaria de Biodiversidade, dado o entendimento de que a SBio tem maior proximidade com o Programa. Mariana Pereira continua a explanação informando que também foi incluído no novo arranjo do CP a Presidencia do ICMBio, principal operador do Arpa com 72 UCs e, portanto, com relevância para essa representação. Também foi inserido um representante da Secretaria de Relações Internacionais do MMA, uma adaptação a nova estrutura do MMA já que a assessoria internacional foi elevada a Secretaria. Foi inserido um representante do Ministério da Economia, que deve atender a demanda de planejamento futuro de complementação orçamentária do programa.

Além disso, foi mantida a representação dos órgãos estaduais com uma vaga, escolhida pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (abema). A representação extragovernamental fica mantida com um representante da sociedade civil e um representante dos doadores. Caso necessário poderia ser proposto também um suplente. Mariana Pereira finaliza reforçando que devido à limitação do decreto o número de representantes foi reduzido, mas a diversidade de instituições foi mantida.

Mariana Pereira é questionada por Aldo Souza se já há nomes indicados para compor o CP e responde que ainda não. Afirma que a ABEMA indicou no início do ano um representante dos órgãos estaduais, que já foi convidado, porém como o Comitê está em processo de recriação, uma vez aprovada a proposta de recriação, será emitida uma convocação para indicações e uma portaria listando os indicados.

Adriana Moreira destaca a importância maior representatividade do MMA o que deve dar mais eficiência. Adriana Moreira continua informando que no contexto do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, não foi criado um comitê do programa e sim aproveitada a estrutura do Comitê do Programa Arpa, que está referendado do contrato do Paisagens. Com a extinção e reestruturação do CP do Arpa, há impacto na reestruturação do Paisagens inclusive no financiamento adicional de USD 19 Mi.

Adriana Moreira destaca que deverá ser realizada uma discussão mais ampla sobre o tema no âmbito da reestruturação do Paisagens. Ela considera uma oportunidade quando será realizada a revisão de estruturas de governança, aporte de recursos, revisão da condição de

desembolso do projeto em relação ao Arpa e caso necessário a extensão de prazo do projeto, por estarem sendo aportados mais recursos.

Avecita Chicchón pergunta se o novo arranjo proposto é definitivo ou passivo de mudança. Manoel Serrão aproveita a mesma pergunta e complementa pedindo que seja realizada uma comparação com o decreto do CP extinto. Mariana Pereira informa que essa foi uma proposta da SBio enviada para a Secretaria Executiva do MMA. A proposta já passou pela consultoria jurídica o que sinaliza que está em fluxo. Espera-se que seja emitido um novo decreto de criação do CP. Mirela Vargas afirma que houveram muitas reuniões para análise de Comitês e que pode trazer mais detalhes sobre o andamento da proposta de recriação do CP em outro momento. Mariana Pereira afirma que o CP deve ser recriado via novo decreto presidencial.

É realizada uma comparação entre a composição do CP extinto e a da nova proposta. Avecita Chicchón comenta que os membros foram reduzidos de 12 para sete e José Alentejano que os representantes dos doadores de três para um. José Alentejano sugere que os doadores conversem sobre a composição para uma discussão com o MMA sobre a concordância ou não com a diminuição da representação. Mariana Pereira pergunta a Mirela Vargas se o CFT poderia fazer alguma comunicação ao MMA sobre o tema.

Thiago Barros fala sobre o Decreto Nº 9759/2019, que extinguiu todos os colegiados e definiu que o colegiado que prevê representação que extrapole um único ministério precisa ser criado ou reestabelecido por decreto. Em relação ao número de membros o decreto estabelece que devem ser sete, o que foge a possibilidade de mudança por parte do MMA. Tiago segue explanando sobre as decisões tomadas em relação a representações do MMA, a exemplo a criação da Secretaria de Relações Internacionais e migração do portfólio de projetos como a Arpa para esta secretaria, fala também da iminente migração do departamento que trabalha a política de proteção e combate ao desmatamento para dentro da SBio.

Thiago Barros afirma que com essas mudanças a redução da representação do MMA de 4 para 3 membros no CP não terá nenhum prejuízo técnico. Thiago finaliza afirmando que, quanto à demanda de representação dos doadores, o questionamento caso avaliado como necessário é legítimo e caso queiram se manifestar em relação ao número de representantes na nova estrutura isso pode ser realizado com a emissão de uma carta para o gabinete do ministro.

Florian Arneth pergunta como eram resolvidos os impasses no CP. Thiago afirma que as decisões eram tomadas por consenso. Avecita Chicchón afirma que agora a representação é ímpar. Mariana Pereira informa que foi inserido no texto de recriação do CP um quórum mínimo para a tomada de decisão. Aldo Souza lembra que o CP é bastante técnico e a decisão por quórum na sua opinião é mais importante que a votação por número de representantes. Aldo Souza se coloca à disposição para discutir o número de membros do novo arranjo caso seja interesse dos doadores mas coloca que a nova composição não o preocupa.

José Alentejano deixa como sugestão que os doadores façam uma discussão sobre a representação destes no CP para uma manifestação posterior.

Meg Symington pergunta como as entidades da sociedade civil são nomeadas para o CP. Thiago informa que no passado era realizada uma divulgação com base no cadastro nacional de entidades ambientalistas, quando elas se candidatavam e as próprias entidades realizam a votação. Mariana Pereira informa que o procedimento foi mantido na nova proposta do CP.

III. DELIBERAÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS DOADORES NO CP

Doadores deliberam por pela realização de uma discussão futura acerca da representação dos mesmos no Comitê do Programa.

IV. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO B COMO SUBSÍDIO AO PEDIDO DE DESEMBOLSO:

- **Consolidação de UCs - FAUC**

Mariana Pereira apresenta o relatório B. Foram entregues todas as FAUC pelas UCs. Das 117 UCs, 39 estão consolidadas (36 em grau I e 3 em grau II), o que representa 16,2 milhões de hectares consolidados. Além disso são 42 UCs em alto estágio de consolidação, restando um ou dois marcos para a consolidação, resultados que demonstram que de modo geral o programa está avançando. O grande desafio é o ICMBio, pois possui a maior quantidade de UCs no Programa. As unidades de grau II têm maior número de marcos a alcançar e por isso também são um desafio maior.

Mariana Pereira afirma que os marcos referencias que mais avançaram foram a formação de conselho, equipamentos, proteção e o monitoramento, sobretudo com a participação do Programa Monitoram do ICMBio. Como desafio Mariana Pereira menciona os marcos associados as UCs de grau II como demarcação, pesquisa e cessão de uso. Segundo Mariana Pereira os resultados demonstram onde está indo bem e onde é necessário ter um olhar mais atento.

Mariana Pereira segue apresentando cenários de consolidação, que podem resultar em diferentes resultados de consolidação ao longo do tempo dependendo do direcionamento de esforços. Mariana Pereira reporta que a maioria da UCs em baixo grau de consolidação são de grau II, além das UCs que entraram recentemente do programa. A fala de Mariana Pereira é suportada por Renata Gatti que afirma que algumas dessas UCs foram criadas recentemente e entraram no Programa a partir de 2015, começando do zero, como é o caso das UCs do Salgado Paraense.

Quanto ao desempenho das UCs Mariana Pereira informa que a UCP tem apoiado as ações do ICMBio como a participação na visita as UCs do Salgado Paraense, além de visitas da própria UCP como as realizadas ao Amapá e Mato Grosso. Sobre Mato Grosso, Manoel Serrão coloca que é preciso considerar que o estado também usa recursos de outras fontes como a compensação ambiental. Mariana Pereira corrobora afirmando que em Mato Grosso também houve grandes alterações de equipe do Programa com a mudança de Secretário de Meio Ambiente, o que trouxe desafios adicionais.

- **Incêndios Florestais e Desmatamento em Unidades de Conservação Arpa**

Manoel Serrão afirma que o marco referencial Proteção tem maior correlação com a situação das queimadas. Neste contexto sugere que o programa adote uma ferramenta de acompanhamento da relação do investimento em proteção e o efetivo resultado alcançado com a execução destes recursos.

Avecita Chicchón reforça que uma das perguntas que se faz recorrentemente é qual a situação das áreas protegidas pelo Arpa em relação ao desmatamento. Como fazer para responder a essa pergunta?

Camila Lobo informa sobre a metodologia que o ICMBio adota para a identificação de focos de incêndio, que recebem relatórios semanais sobre todas as UCs e atualmente uma UC Arpa encontra-se em situação crítica (PARNA dos Campos Amazônicos), e está recebendo apoio da Força Nacional com recursos do orçamento. A mesma atenção vem sendo dada para a região da Terra do Meio onde há forte pressão. Camila coloca que o ICMBio está com uma operação em curso, denominada Operação Verde e que há brigadas e pessoal mobilizado no combate aos incêndios.

Mariana Napolitano sugere que seja realizado o monitoramento dos dados associados ao desmatamento e queimadas frente aos valores de investimento em proteção. Quanto à possibilidade de estabelecer situação de emergência para flexibilidade no uso dos recursos, Adriana Moreira coloca que é preciso identificar como pode ser realizado este apoio pois a estrutura do Programa Arpa é um pouco rígida, de modo que seria preciso identificar formas de alocar o recurso para esta finalidade. Segundo Adriana Moreira, é preocupante a associação dos dados de focos de calor com desmatamento. Os dados do DETER apontam para desmatamento em UCs Arpa, há exemplo na terra do meio. Adriana Moreira pede uma reflexão de como seria possível aproveitar o recurso, a exemplo da execução baixa deste ano, para que frentes como esta sejam contempladas e finaliza afirmando que as áreas do Arpa são diferenciadas em relação a todos os aspectos e precisam ser protegidas.

José Alentejano pergunta se o Funbio tem algo a colocar. Manoel Serrão informa que no passado já foi pactuado um protocolo de atendimento de emergência em que o Funbio dava prioridade a determinadas ações pré-acordadas, visando uma resposta rápida e eficiente em apoio ao governo. Portanto já há o acordo em relação ao procedimento e faltaria a definição do recurso a ser alocado para a finalidade.

Aldo Souza suporta a fala de Adriana Moreira e se coloca na posição de apoiador representante dos doadores para suporte no que for necessário, entretanto pede que o governo se coloque também na posição dos doadores, que são cobrados a falar sobre resultados dos investimentos. Aldo Souza considera que é preciso criar mecanismos de como atuar com maior eficiência para respostas adequadas para o programa.

Mirela Vargas coloca que a SBio está se inteirando do Projeto (Programa Arpa). Concorda que é necessário ter definido do que é necessário para que o Programa possa dar resposta para casos emergenciais. Mariana Pereira sugere que seja pensada uma proposta para atendimento de emergência como os incêndios no âmbito da proposta do Fundo de contingência.

Avecita Chicchón destaca que uma informação importante sobre as queimadas é qual a situação das UCs apoiadas pelo ARPA em relação a esta ameaça.

Camila Lobo se prontifica a entregar os resultados para que o CFT possa realizar o planejamento sugerido por Mariana Pereira. Menciona bons resultados de mobilização de recursos do Programa como a operação Integração realizada em 2018. Camila continua afirmando que a quantidade de operações pode ter diminuído um pouco devido a trocas em

posições de comando no ICMBio e o tempo de assimilação dos novos líderes até a efetiva resposta. Mariana Pereira pede que os resultados das operações apoiadas pelo Arpa sejam apresentados aos Doadores para que tenham conhecimento.

Thiago Barros comenta sobre os esforços do Governo Brasileiro junto a outros países para dar respostas emergenciais. Sugere que a demanda seja mapeada, que seja realizada verificação se os recursos no Marco Referencial podem custear a demanda e a partir disso seja pensado em como aportar recursos adicionais, caso necessário. Seria difícil realizar neste momento a definição de um valor por parte do Programa, talvez fosse ideal que a UCP realizasse consulta dos órgãos gestores.

Manoel Serrão reforça que a metodologia para atuação em emergência já existe e foi pactuada anteriormente no Programa. Entretanto, há necessidade de uma estrutura com agilidade suficiente para dar resposta a emergências.

Mariana Pereira coloca que no Fórum Técnico será um bom momento para tocar no assunto. Adriana Moreira afirma que é preciso customizar para que o investimento atenda as áreas de acordo com suas peculiaridades.

Como deliberação a UCP se compromete em levar a discussão para o Fórum Técnico do dia 17/09 para obtenção de dados precisos de onde atuar e realizar estimativa de custos de apoio a essas frentes. ICMBio se compromete em compartilhar com o CFT os relatórios gerados pelo ICMBio com alertas e ações de resposta desencadeadas.

- **Condições de Desembolso**

Mariana Pereira recapitula todas as Condições de Desembolso apresentando os resultados reportados no relatório B. A CD 1, que representa o projeto alinhado ao manual operacional, é considerada atendida e Mariana Pereira comenta sobre a revisão de atualização no MOP, realizada em 2019.

Em relação a CD 2, representada pela inexistência de perda líquida de UCs, Mariana Pereira reporta atendimento a condição pois não houve perda líquida e desde o início do Fundo de Transição há um saldo positivo de aproximadamente 1 milhão de hectares. Em relação a criação de UCs desde 2014 o Programa está com aproximadamente 3,1 milhões de hectares, dos quais houve grande apoio por parte do ICMBio. Mariana Pereira informa que a Resex Baía do Tubarão não foi incluída na contabilização da meta de criação por engano, porém a UC foi criada com apoio do Programa.

Sobre a CD 8 (Criação de UCs), Adriana Moreira opina sobre a necessidade de atenção do programa em relação a criação de áreas de forma estratégica, certificando-se de que os OGs têm interesse na defesa desses territórios, já que no momento está sendo observado uma série de problemas com os incêndios e outras ameaças à Unidades de Conservação na Amazônia. Adriana Moreira menciona estar representando o GEF e considera que é opinião desta instituição que há necessidade de realização de uma escolha estratégica sobre quais áreas o Programa Arpa pretende apoiar, pois pode haver outras áreas que demandam apoio e recursos podem estar sendo gastos em áreas que não estão dando resultado. Adriana Moreira também menciona a demanda pela regularização fundiária, que é um trabalho difícil de realizar, mas que sob uma ótica mais estratégica há possibilidade de o Programa elencar possibilidades de apoio também nesta frente. Adriana Moreira relembra o esforço de apoio

nos processos de criação de RO, onde UCs foram criadas e anuladas pelo próprio estado. Por fim, Adriana Moreira sugere que a discussão seja feita num outro momento.

Mariana Pereira continua sua fala com uma proposta de revisão do Plano de Consolidação, como oportunidade para pensar mais estrategicamente sobre a injeção de recursos em Marcos Referenciais nos quais as UCs tem de fato potencial para executar efetivamente. Mariana Pereira considera legítima a posição dos doadores, mas prefere analisar no caso a caso com pontos focais sobre avanço na consolidação antes de qualquer possibilidade de retirada de apoio de UCs Arpa.

Adriana Moreira concorda com Mariana Pereira e recomenda uma análise estratégica, comenta sobre a possível criação de um critério de grau de degradação para definição da continuidade de apoio. Aldo Souza concorda mencionando que o objetivo não é retirar UCs e sim a inclusão mediante desempenho. Os critérios para desempenho precisam ser claros.

Meg Symington questiona se as oficinas de planejamento focam num olhar estratégico para melhoria de performance. Mariana Pereira detalha que as oficinas de planejamento do ano corrente são a oportunidade ideal para essa análise junto aos gestores.

Adriana Moreira pede que seja disponibilizada a lista das UCs mais ameaçadas no ARPA. ICMBio se compromete em apresentar resultados das análises sobre o grau de ameaça das UCs Federais.

Mariana Pereira retoma a apresentação sobre as condições de desembolso e fala da CD 3 (Entrega de Relatórios Financeiros pelos Estados), reportando atendimento a condição com todos os relatórios de desembolso entregues.

Sobre a CD 4 (Apresentação do Plano de Consolidação), a condição está atendida e Mariana Pereira informa que houve necessidade de revisão do Plano de Consolidação, já que novas UCs entraram e não ocorreu a consolidação de todas as UCs em 2019. Mariana Pereira informa que estudos apontam para a média de consolidação em 7,2 anos. De acordo com Mariana Pereira 21 UCs tiveram entrada tardia no Programa e não conseguiriam consolidar em 2019. Mariana Pereira menciona que o Plano de Consolidação foi revisado considerando o prazo médio de 7,2 anos para consolidação com todas as UCs consolidando em 2024.

A proposta de revisão do Plano de Consolidação foi enviada aos doadores antes da reunião, mas ainda não foi discutida com estes. A UCP pretende realizar uma discussão com os Pontos Focais em 17 de setembro e levar esses resultados para os doadores em dezembro. Mariana Pereira coloca que o corte da condição foi aplicado para o próximo biênio, mas uma vez que o novo plano de consolidação seja aprovado para o próximo biênio não haveria cortes futuros.

Mariana Pereira segue reportando atendimento das condições CD 5 e CD 6. Com relação a CD 7 (implantação do monitoramento), Mariana Pereira reporta que a implantação do monitoramento para as UCs federais contempla 73% das Unidades e para as UCs Estaduais 84,3%. Com relação ao desmatamento em UCs Mariana Pereira reporta que houve redução até 2018 e que embora tenha sido identificado na Amazônia Legal o aumento do desmatamento, nas UCs do Arpa não houve acréscimo.

José Alentejano pergunta se a UCP teria resultados de desmatamento em UCs não Arpa, para possibilitar comparações. Mariana Pereira informa que foi levantado para esse relatório

apenas a UCs Arpa e Edegar Bernardes complementa informando que no último levantamento realizado o desmatamento era nove vezes maior em UCs não Arpa. Mariana Pereira comenta sobre o estudo realizado por Britaldo Soares em 2016, em que houve análise de tendência de desmatamento em UCs Arpa e UCs não apoiadas pelo Programa.

A condição CD 9 (Contrapartida) teve resultado abaixo do esperado para os estados do Amapá e Pará. Sobre o Amapá Mariana Pereira informa que houve visita da UCP ao Estado para análise e apoio do OG. Manoel Serrão coloca que também houveram mudanças de comando na SEMA do Amapá e espera-se melhora com a gestão atual. Mariana Pereira recorda que a UC do Amapá foi inserida na amostra da auditoria das UCs a pedido da UCP.

Com relação a CD 10 (Consolidação) apenas o Tocantins não recebeu desconto da condição de desembolso. Com relação a CD 11 Mariana Pereira reporta que alguns estados não atingiram a meta de pessoal e por isso receberam desconto da condição.

Como encaminhamento fica a demanda por discussão de critérios de grau de degradação como condição de manutenção de apoio pelo Programa Arpa. A UCP se compromete em levar para o ciclo de planejamento 2020/2021 uma visão estratégica com foco na melhoria de performance das UCs do Programa. UCP se compromete em apresentar para o CFT a lista de UCs mais ameaçadas do Programa e ICMBio se compromete em fornecer a lista das UCs Federais.

V. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO J:

- **Cumprimento das Condições de Desembolso**

Detalhamento realizado por Mariana Pereira na apresentação do Relatório B.

- **Cenários de Desembolso para o próximo biênio**

Fábio Ribeiro apresenta os principais resultados do relatório, iniciando com a tabela com resultados dos modelos de custos e financeiro. De acordo com o modelo de custos o custo total das UCs para o biênio ficaria em torno de R\$ 197.5 Milhões, a contrapartida total reportada pelos OGs ficou em aproximadamente R\$ 48.8 Milhões. A contrapartida estimada para o biênio pelo modelo financeiro foi em torno de R\$ 75.7 Milhões. Realizando os descontos da contrapartida estimada seriam necessários, no biênio 2020/2021, algo em torno de R\$ 121.7 Milhões do FT para as UCs do programa, sem aplicação da fórmula das condições de desembolso.

Fábio Ribeiro prossegue apresentando a aplicação de descontos associados a aplicação das condições de desembolso. Com base na aplicação da fórmula de desembolso deveria ser desembolsado para as UCs o valor de **R\$ 82.767.845,23** como demonstra a tabela abaixo.

OG	Estimativa desembolso FT	Percentual cumprimento das condições de desembolso	de das	Estimativa aplicação fórmula	após da
PA	R\$ 3.053.372,76	76,1%		R\$ 2.322.517,46	
AM	R\$ 20.328.378,41	75,1%		R\$ 15.273.523,84	
RO	R\$ 7.316.686,20	86,6%		R\$ 6.335.445,42	

OG	Estimativa desembolso FT	Percentual cumprimento das condições de desembolso	de das	Estimativa aplicação fórmula	após da
MT	R\$ 10.954.623,14	57,1%		R\$ 6.257.445,06	
AC	R\$ 2.302.334,16	42,8%		R\$ 986.296,93	
AP	R\$ 936.426,92	51,6%		R\$ 482.976,23	
RR	R\$ -	-		R\$ -	
TO	R\$ 773.139,93	92,8%		R\$ 717.775,38	
ICMBio	R\$ 75.240.533,20	65,8%		R\$ 49.543.257,69	
Qualquer	R\$ 848.607,24	100%		R\$ 848.607,24	
Total	R\$ 121.754.101,95	-		R\$ 82.767.845,23	

*Com a inclusão da RESEX da Baía do Tubarão na contabilização da meta de criação da Fase III e recálculo da condição de desembolso 8 (CD 8), o valor final passa para R\$ 83.446.125,06.

Com a inserção dos custos previstos no MOP o desembolso total para o Biênio seria de R\$ 95.874.464,79 como demonstra a tabela abaixo.

Estimativa desembolso após aplicação da fórmula	Custos GF (14%)	Custos MMA	Custos Secretaria CFT	Total desembolso biênio 2020/2021
R\$ 82.767.845,23	R\$ 11.587.498,33	R\$ 1.319.121,23	R\$ 200.000,00	R\$ 95.874.464,79

*Com a inclusão da RESEX da Baía do Tubarão na contabilização da meta de criação da Fase III e recálculo da condição de desembolso 8 (CD 8), o valor final passa para R\$ 97.198.398,00.

VI. DEBATE SOBRE DESEMBOLSO PARA O PRÓXIMO BIÊNIO

Após a apresentação dos números gerados para o relatório J, Fábio Ribeiro informa que foi realizado um exercício com resultados acerca de estratégia de execução para a finalização do PO atual e planejamento do próximo biênio. Fábio Ribeiro segue colocando que restam 78 UCs a serem consolidadas de acordo com o novo plano de consolidação proposto para 2024. Das 78 UCs há 43 Unidades com alto potencial de consolidação, podendo consolidar até 2021, entretanto 30 dessas UCs ainda não executaram 50% do PO 2018/2019 e 11 delas encontram-se entre 50% e 80% de execução. Fábio Ribeiro segue explanando sobre a baixa performance de execução das Unidades nos POs 2018/2019, cujos POs se encontram em fase final de execução.

Fábio Ribeiro coloca que um esforço focalizado na consolidação das 43 UCs levaria a um possível resultado em 2021, de 82 UCs do Programa consolidadas, quando se acresce as 39

UCs que já se encontram consolidadas. O Saldo em agosto/2019, de todos os POs 2018/2019 era de R\$ 70 Milhões.

Fábio Ribeiro exemplifica em números reais com o PO de menor valor planejado para o biênio 2020/2021, que acrescido do saldo do PO 2018/2019, que ainda se encontra com 40% de recursos planejados, totaliza R\$ 506 Mil. Manoel Serrão realiza uma intervenção colocando que o recurso seria o suficiente para 4 anos de execução da UC.

Fábio Ribeiro prossegue exemplificado que o PO 2020/2021 que tem maior volume de recursos planejado é de R\$ 1.6 Mi, sendo que a UC ainda possui saldo de 89% de recursos do PO 2018/2019. Se o saldo do PO 2018/2019 for agregado ao planejado para o PO 2020/2021 a UC teria R\$ 3.6 Mi disponíveis.

Fábio Ribeiro segue explanando que se forem consideradas todas as UCs que estão perto de consolidar, somando-se o planejado para o biênio 2020/2021 ao saldo do PO 2018/2019, a maioria teria recursos entre R\$ 500 Mil e R\$ 1 Milhão (22 UCs), outras 19 UCs teriam recursos entre R\$ 1 Milhão e R\$ 2 Milhões, sendo que duas UCs teriam recursos acima de R\$ 2 Milhões.

Fábio Ribeiro finaliza colocando que a explanação foi realizada com o intuito de gerar uma reflexão acerca da performance das UCs e como isso se reflete dentro do planejamento disponível. Manoel Serrão segue colocando que é preciso refletir sobre a lógica de planejamento tendo em vista que há uma quantidade substancial de recursos disponível ainda no PO 2018/2019 e uma lógica de realização de solicitações de final de PO que não é compatível com a dinâmica do programa, a exemplo uma pressão nos gestores para que solicitem o saldo restante no PO atual. Isso ocorreu no final do PO 2016/2017 e pode ser impulsionada uma nova demanda de aproximadamente R\$ 70 Mi nos últimos meses do PO 2018/2019, que vai criar problemas operacionais para o Programa.

Manoel Serrão continua colocando que R\$ 70 Mi num planejamento de R\$ 124 Mi, que foi o planejamento 2018/2019, são recurso suficiente para uma extensão de prazo dos POs atuais por mais um período, não havendo necessidade de encerramento dos mesmos em dezembro. Assim, seria possível finalizar a execução dos POs atuais dentro da efetiva capacidade de gestão dessas áreas, evitando também um esforço de planejamento que levaria a re colocação da mesma estratégia vigente em um novo PO 2020/2021.

Desta forma também seria possível investir energia na consolidação de 82 UCs em 2021 e em paralelo manter o investimento em marcos referenciais estratégicos como a operacionalização e proteção. Manoel Serrão finaliza ponderando que as UCs não perdem nada e Funbio e UCP poderiam realizar o esforço de identificar qual seria o momento ideal em 2020 para início da execução de um novo PO.

Miguel Lana coloca que entende que não seria interessante repetir esforços de planejamento, que são esforços relevantes, mas o preocupa a execução, já que as UCs precisam alcançar metas com a expectativa de como estariam as UCs em dezembro de 2019. Manoel Serrão coloca que o modelo considera o plano de consolidação, que prevê o esforço para consolidação para alcance das metas até 2019. Manoel Serrão reforça os resultados trazidos pela UCP que objetiva o resultado de 82 UCs consolidadas até 2021. Com base nessa meta a ideia seria dar mais racionalidade a estratégia fechando o ângulo da curva de investimento, sem impacto aos objetivos de longo prazo, com melhor uso de recursos em curto prazo.

Adriana Moreira pergunta se a proposta é executar o PO 2018/2019 com mais tranquilidade e adiar decisão sobre alocação dos recursos do PO 2020/2021 para a próxima reunião do CFT ou para o próximo ano. Continua mencionando que acha uma estratégia importante que está conectada ao que foi discutido anteriormente na reunião, sobre uma estratégia de flexibilização de recursos. Isso tudo precisa ser discutido e há necessidade de mais tempo para isso. Miguel Lanna menciona que considera interessante a ideia de utilização de recurso residual, que as UCs não conseguem executar, numa estratégia de flexibilização de recursos para ações mais emergenciais.

Renata acrescenta para o biênio 2018/2019 foi realizado um exercício onde o desembolso visava a consolidação das 117 UCs e devido a isso o volume de recurso disponibilizado foi mais alto que o habitual. Assim sendo, há um saldo de recursos a ser executado por que a consolidação das UCs não aconteceu no ritmo planejado.

Thiago Barros coloca que a modelagem do PO 2018/2019 foi realizada com base num plano de consolidação que está sendo revisto, já que nem todas as UCs consolidaram. Thiago propõe que seja realizada uma análise de como não gerar impacto ao recurso do Fundo de Transição, que se encontra investido, mas com um planejamento que seja factível. Como ponto central da discussão Thiago coloca que é preciso pensar como se chegou com uma execução tão baixa, faltando apenas quatro meses para o final dos POs do biênio 2018/2019.

Thiago segue colocando que provavelmente UCP e Funbio tem explicação para isso, as oficinas de planejamento tem um grande investimento de recurso e homem hora e não valeria a pena empreender um esforço de planejamento para as UCs que ainda tem recurso, sabem o que precisa ser feito pois já está planejado em seus POs, só não conseguiram fazer. Para as UCs que conseguiram executar normalmente deveria haver a possibilidade de planejar recursos para o próximo biênio. Talvez segregar em grupos fosse uma forma de definir e encaminhar a decisão sobre as condições de desembolso.

Manoel Serrão coloca que tradicionalmente quando há troca de governos é esperada uma queda de execução. A necessidade de recolocação de gestores e postos comandos tem impacto nesses resultados. Isso veio acontecendo ao longo dos últimos 11 meses e o receio maior é que no final deste biênio o programa sofra com uma nova enxurrada de solicitações de final de POs, numa tentativa de execução do saldo de R\$ 70 Mi. Isso deve se sobrepor a previsão de R\$ 82 Mi do próximo biênio.

Fábio Ribeiro segue apresentando duas estratégias de execução dos recursos. A primeira estratégia seria manter o modo habitual de operar com o planejamento dos POs 2020/2021 e encerramento dos POs 2018/2019 ao final do ano com uma orientação aos gestores para uso do saldo residual. Adotando esta estratégia há uma grande possibilidade de repetição de resultados semelhantes ao biênio 18/19 no biênio 20/21.

A estratégia 2 visa a manutenção por mais tempo de POs que ainda possuem recurso planejado e realização do planejamento apenas das UCs que já executaram recursos e precisam iniciar o biênio com novo planejamento. Essa estratégia seria executada como as 78 UCs que ainda não consolidaram, pois as 39 já consolidadas seguiriam com o planejamento normal da manutenção com um PO 2020/2021.

Além de extensão de prazo para execução do PO 2018/2019 seria realizada uma seleção das UCs que precisariam de fato de um planejamento 2020/2021, pois ainda há muitas UCs com

o planejamento realizado e recurso disponível no PO para execução. Estas só precisariam seguir execução. Com base nesse arranjo seria realizado um esforço focal nas 43 UCs que podem consolidar em no máximo dois anos.

Fábio Ribeiro coloca que seria necessário identificar quais UCs teriam maior facilidade em consolidar e identificar as que dependem de processos mais complexos como a demarcação, e nesta ótica pensar também na flexibilização para UCs estratégicas em que há interesse como é o caso da regularização fundiária. Adicionalmente seria disponibilizado para todas os recursos de manutenção, verificando quem realmente necessita pois há UCs que ainda possuem tal recurso no PO 2018/2019.

Manoel Serrão coloca que deve ser levado em conta o impacto da decisão para os gestores do programa e que com base nisso deveria ser levado em consideração o ciclo de planejamento acontecendo normalmente, sem alteração de prazos de POs. Poderia sim ser realizada uma análise em cima dos resultados esperados para este planejamento visando a efetividade. Poderia ser pensada uma entrada em 2020 com execução do PO 2018/2019 para algumas UCs com um aditivo por vir do planejamento 2020/2021 com base nos resultados das UCs em 2020.

Mariana Pereira coloca que a UCP não concorda em alterar o planejamento, já que está tudo organizado com dificuldades para a realização de qualquer alteração. O que pode ser realizado é uma mudança na forma de planejar. Com base no comentário há uma concordância em relação a manutenção do ciclo de planejamento como atualmente está organizado. Mariana Pereira segue colocando que concorda com a necessidade de um planejamento mais inovador em relação ao compromisso com o novo plano de consolidação. Já a extensão de prazo do PO 2018/2019 é um ponto a ser debatido no CFT, decisão que Mariana Pereira não vê grandes impactos mas reforça que altera o planejamento do próximo biênio, de modo que deveria ser uma decisão tomada agora para que seja levada as oficinas de planejamento.

Thiago acrescenta que sob sua perspectiva, além do colocando acima, há de se considerar que numa eventual extensão de PO as UCs estariam trabalhando com um planejamento realizado para 2018/2019 podendo haver defasagem de valores em relação a continuidade desse planejamento em 2020/2021, além de uma expectativa diferente baseada no plano de consolidação que considerava a consolidação em 2019. Se vai haver extensão de prazo do PO atual talvez seja melhor planejar após o uso deste recurso.

Avecita Chicchón pondera que disponibilizar não mais do que os recursos que efetivamente serão utilizados permitem uma melhor gestão do investimento e portanto a preservação do FT.

A partir de então inicia-se uma discussão sobre a manutenção do uso do PO 2018/2019 e início do PO 2020/2021 com opiniões de vários participantes sobre como trabalhar o recurso do PO atual e iniciar a utilização do próximo PO. **Mais uma vez houve concordância de que os pedidos de final de PO visando fazer uso dos recursos não executados no biênio devem ser evitados.** Mariana Pereira sugere que o planejamento seja realizado normalmente com base no novo plano de consolidação e que a decisão de onde sairá o recurso seja tomada mais a frente pelo CFT.

José Alentejano coloca que alguns pontos devem ser acordados. O primeiro seria evitar a solicitação dos R\$ 70 Mi para fechar o POA 18/19 até o final de dezembro, com o que todos

concordam. O segundo seria aguardar a realização do planejamento do PO 2020/2021 que deverá ter foco em consolidação de UCs e em entender os gargalos. Esse planejamento será apresentado na reunião do CFT em dezembro quando então se decidirá se o POA de 18/19 será estendido ou não, e o volume de recursos a serem disponibilizados para o biênio 20/21.

Mariana Pereira coloca que a UCP vai realizar uma verificação junto aos pontos focais para tentar entender os motivos pelos quais determinada Unidade não avançou em relação a execução de recursos. Camila Lobo afirma que o ICMBio vem realizando um olhar atento as UCs buscando entender os motivos pelos quais não consolidaram. Há aspectos de pessoal, aspectos técnicos associados a elaboração de Termos de Referência, dentre outros. **Thiago Barros complementa colocando que é preciso pactuar entre UCP e Pontos Focais que não haverá a correria por solicitações de final de PO.**

Por fim Manoel Serrão menciona que o pacto é importante e que é mais adequado realizar a transição entre POs sinalizando como um movimento contábil entre POs 2018/2019 para 2020/2021 repactuando metas. **Adicionalmente coloca que o Programa pode iniciar uma discussão acerca da possibilidade de atendimento a lacuna de pessoal, já que há resultados recentes obtidos com a iniciativa MOSUC, implantada pelo Ipê, que o Programa poderia avaliar como absorver para uma experiência de curto prazo.**

Marco Bueno sugere que a reunião do fórum técnica que será realizada em 17/09 seja o momento para comunicar pontos focais e pactuar procedimentos para o planejamento do próximo biênio.

Funbio se compromete em levar para o CFT os resultados do planejamento para embasamento de decisões acerca do desembolso de recursos para o biênio 2020/2021.

Por fim foi mencionado por Manoel Serrão que também é preciso pensar para este planejamento qual seria o custo para execução de atividades de proteção que atendam demandas associadas ao que foi debatido no âmbito da flexibilização do uso de recursos para proteção. Mariana Pereira coloca que as demandas por ações de combate emergencial ao fogo sejam trazidas já no Fórum Técnico de 17/09.

Como encaminhamento todos estão de acordo que não será mais adotada a prática de solicitações de final de PO, especificamente forçando a execução residual de recursos do PO 18/19. O ciclo de planejamento deve ocorrer normalmente tendo como base os valores gerados pela modelagem de custos e financeira do Programa visando a consolidação com base no novo plano de consolidação. Em dezembro, na próxima reunião do CFT, após avaliação pelo CFT do que foi planejado para alcance das metas, haverá deliberação quanto a disponibilidade de recursos para o biênio 2020/2021. Na reunião do fórum técnico a UCP deve pactuar com pontos focais que não haverá as solicitações para consumo de saldo de final de PO.

VII. AUDITORIA 5% DAS UCS ARPA

• Resultados exercício 2018

Fábio Ribeiro detalha as ações já realizadas e resultados obtidos nas auditorias realizadas nas UCs. Inicialmente relembra aos presentes o escopo do trabalho. O custo final é apresentado

como prestação de contas. Fábio Ribeiro coloca que o custo total da Auditoria exercício 2018 foi de R\$ 133.552,85 e informa que foi elaborado um Plano Operativo (PO) que deve receber os recursos para realização das auditorias anuais a partir da de 2019. Será necessário alocar bienalmente o recurso estimado em R\$ 300.000,00 de acordo com custos da primeira realizada.

Fábio Ribeiro passa a apresentar resultados por UC iniciando pelo PE Cantão no Tocantins. Todos os bens adquiridos para a UC foram entregues e há pendência de doação de bens. Menciona uma melhoria implantada pelo Naturatins para que bens sejam patrimoniados de forma mais célere. Sobre diárias menciona a existência de um sistema do Naturatins para a realização do pedido de diárias com recursos do orçamento. As diárias do Arpa são aprovadas por fora do sistema com avaliação do diretor de UCs do órgão. Das ações comunitárias apenas duas das 20 mencionadas foram realizadas com recursos do Arpa. Quanto a demanda por equipe a UC atende o número mínimo exigido pelo Programa. Dentre as oportunidades de melhoria foi identificada a necessidade de melhor detalhamento e registro das ações comunitárias com recursos do Arpa. Também foi identificada a necessidade de reforço de equipe em campo, além de um problema com a rotatividade de pessoal.

Sobre a RESEX Maracanã no litoral do Pará, os bens adquiridos em 2018 possuem processo de entrega em andamento devido a necessidade de transferência de propriedade de veículos. Também a pendências de doação com termos em fase de assinatura por parte do ICMBio. A demora na efetiva entrega dos veículos vem causando impacto no trabalho da UC segundo gestores. As diárias do Arpa são registradas no sistema interno do ICMBio (SCDP) sem conflito com o que é pago com orçamento do instituto. A UC não possui base operacional dentro ou no entorno. O quadro mínimo de gestores é atendido, eles ficam lotados em Belém. Como oportunidades de melhoria os auditores identificaram a necessidade de maior presença dos gestores na UC, demanda por padronização das placas que identificam os currais de pesca, além da necessidade de contratação da consultoria do plano de manejo, prevista para outubro de 2019.

Sobre a RDS do Rio Iratapuru (Amapá), houveram 11 bens adquiridos em 2018, sendo que para nove itens, entre embarcações e motores há demanda pela assinatura do termo de doação. Fábio Ribeiro menciona dificuldade em lidar com os termos de doação observada durante visita realizada pelo Funbio a SEMA-AP junto com a UCP, em julho de 2019. O Funbio apoiou o OG na tentativa de dar celeridade ao processo de doação, mas faltou melhor organização no órgão gestor.

A sede em laranjal do Jari não tem boa estrutura nem condições de uso, veículos e embarcações estariam mal acondicionados em Macapá, expostos ao tempo e furto. Bens adquiridos em 2018 ainda não haviam sido utilizados devido à falta de estrutura e segurança na base da UC. Não há controle de diárias por sistema informatizado e a análise e aprovação é realizada pelo coordenador de unidades de conservação.

Foram realizadas 10 ações comunitárias com evidencia comprovada de 4 delas. A UC atende ao requisito de equipe mínima. Como oportunidades de melhoria foi previsto ajustes na estrutura de processos por meio da implantação de um sistema informatizado, presença mais frequente dos gestores na UC, a necessidade de reativação do conselho da UC, um desconhecimento dos objetivos do Programa por parte da equipe lotada próximo da Unidade e a necessidade de melhoria no controle da aprovação de diárias.

A auditoria no Parque Estadual do Corumbiara (Rondônia) identificou nove bens adquiridos dos quais seis foram entregues adequadamente. Dois reboques ainda não foram entregues por aguardar processo de transferência e três bens precisam ser doados pelo Funbio. A auditoria identificou bens não patrimoniados devido a equipe de patrimônio da SEDAM não realizar deslocamento até a região da UC. Os bens estavam bem acondicionados e utilizados pela UC. As Diárias são cadastradas no sistema da SEDAM e não há conflitos com relação as solicitações do Arpa. A equipe mínima estava atendida com dois profissionais em Cazeara e um em Porto Velho. Como pontos de melhoria o sistema de concessão de diárias pode ser melhor integrado com o sistema do Funbio, também há demanda por renovação de quadro pois o gestor da UC vai se aposentar. Por fim a prestação de contas dos recursos do programa é uma demanda do conselho gestor da UC, ponto em que o Funbio pode ajudar o gestor.

A Auditoria na RESEX Cazumbá Iracema localizada no Acre foram constatados 10 bens adquiridos no ano de 2018, todos entregues adequadamente. Duas carretas reboque ainda não foram entregues pois o Funbio aguarda assinatura do termo de doação dos bens. Foram identificados alguns bens sem placa de patrimônio, carretas de reboque sem placa de identificação do veículo, veículos sem seguro, além disso alguns eletroeletrônicos que não estão em uso devido a necessidade de readequação da estrutura elétrica da base.

O sistema de diárias é o do ICMBio, no qual não há conflito com o do Arpa. Sobre ações comunitárias, de 11 informadas 10 foram comprovadas. A equipe mínima não está atendida com apenas dois servidores na UC e um na Coordenação Regional. Como oportunidade de melhoria foi sugerido pela Coordenação Regional que o Arpa possa dar apoio a comunitários que deixam suas atividades na RESEX para trabalhar com a gestão da UC, também foi sugerida a substituição de processos de aquisição de bens como veículos por contratos de locação, assim como a padronização dos veículos em relação aos acessórios. Por fim foi sugerido que o programa apoiasse capacitações em direção *off road*.

A RDS Mamirauá no Amazonas foi a última UC auditada. Dos 10 bens adquiridos nove foram entregues adequadamente. Todos os bens estavam patrimoniados. Há uma motocicleta que não foi entregue devido a pendência de transferência de propriedade, por parte da UC. Dois notebooks adquiridos para a RESEX Maracanã foram enviados para a UC por engano do fornecedor na entrega de um grande lote de computadores, o problema foi identificado no momento da entrega e resolvido. Com relação a diárias as UCs apoiadas pelo Arpa não recebem diárias do orçamento estadual, portanto não há conflito de solicitações. Das sete ações comunitárias identificadas para o período todas foram comprovadas pela UC.

Foi identificada a necessidade de mais atividades de fiscalização na UC devido à grande incidência de crimes ambientais como pesca predatória, caça. Além disso foi apontado pelos gestores que a região vem sofrendo com a criminalidade associada ao tráfico de drogas, gerando risco para a atuação dos servidores. A equipe mínima está atendida com um gestor baseado em Tefé e outro em Manaus. Como pontos de melhoria foi identificado a necessidade de padronização da entrega de bens e atualização de cadastro de gestores, devido à alta rotatividade. Fábio Ribeiro reforça na apresentação que a lista de gestores sofre atualizações frequentes por parte do Funbio. Também foi identificada a necessidade de aquisição de quites de comunicação para acesso por rádio aos comunitários da UC.

Fábio Ribeiro fecha a apresentação informando que as auditorias estavam em sua fase de entrega final de relatórios e em até 15 dias os documentos seriam disponibilizados para o CFT.

Miguel Lana pergunta se haverá retorno em exercícios posteriores às UCs já visitadas. Fábio Ribeiro informa que como são muitas UCs é pouco provável, que um trabalho de feedback dos resultados com o PE Cantão já foi realizado e a ideia é realizar o mesmo com as demais UCs que foram auditadas. A ideia não seria voltar nas mesmas UCs, mas se for do interesse do CFT isso pode ser realizado em exercícios posteriores.

Manoel Serrão coloca que na auditoria interna do Funbio foi identificado um ponto associado aos termos de doação e isto está sendo trabalhado internamente. Fábio Ribeiro complementa informando que o fluxo de termos de doação está sendo redesenhado para que o processo tenha mais celeridade. Adicionalmente coloca que houveram muitas trocas de comando nos órgãos gestores no início de 2019 devido as eleições e esses termos de doação sofreram impacto devido a isso. Manoel Serrão acrescenta que quando da entrega de um Bem é necessário comprovar que o mesmo chegou em boas condições e que é o pedido exato que a UC realizou. Para isso o Funbio também está realizando ajustes no Termos de Recebimento e Aceite, para simplificação do fluxo, o que também facilita o processo de doação.

Fica a sugestão do CFT para que o Funbio avalie a possibilidade de incluir a verificação do cumprimento das recomendações como ponto da auditoria interna do Funbio e que sejam incluídas na lista as Unidades já auditadas para verificação de avanços.

VIII. **ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO:**

- **Execução do programa**

Sobre a execução financeira do programa Fábio Ribeiro apresenta gráfico de resultados do PO 2018/2019 informando que de acordo com dados de julho ainda resta 47% do recurso planejado, onde a performance de execução sobre o solicitado é de 75% executado e quando se acresce os contratos em vigor (comprometido) alcance-se 80% de execução sobre as solicitações realizadas.

Com relação a execução total do Programa houve um salto de execução de R\$ 89,5 milhões (dados de março de 2019) para R\$ 103,6 milhões (dados de julho de 2019).

Aldo Souza pergunta qual é a proporção de compras spot e compras agregadas realizadas pelo Funbio, pois isso diz muito da capacidade de execução da instituição. Manoel Serrão faz uma explanação sobre a forma de trabalho da área de compras do Funbio colocando que compras agregadas são preferenciais, porém a demanda do arpa exige as compras spot, sobretudo de serviços. Além disso, há processos que tomam mais tempo como a contratação de consultorias. Manoel Serrão explica a estratégia de trabalho com os cartões e da plataforma de compras que vem trazer mais fluidez aos processos de aquisição do Funbio.

Aldo Souza contribui informando que a Anglo está executando um programa de capacitação de mão de obra local com apoio do BID com suporte de uma empresa experiente no trabalho com pequenos empreendedores. O projeto objetiva a melhoria da oferta de mão de obra local e a qualificação de fornecedores focada na melhoria dos processos de compra. Aldo Souza se coloca à disposição para que o Funbio possa conhecer este projeto.

Manoel Serrão coloca que é um desejo do Funbio poder prover esse tipo de resultado e gostaria de conhecer o projeto. Uma característica adicional é que no Programa Arpa não há demanda de consumo focalizada e suficiente para uma capacitação de poucos fornecedores,

pois a operação está pulverizada nos estados da Amazônia. Essa demanda gera números interessantes como por exemplo 37% dos gastos do Programa serem realizados localmente.

- **Atualização gestão de ativos**

José Alentejano comenta que o Fundo de Transição tem um portfólio local e um portfólio internacional. O portfólio local é gerido em reais por uma empresa Nacional (Pragma). Este portfólio tem por objetivo cobrir despesas de aproximadamente quatro anos e diminuindo riscos com variações cambiais e outros grandes movimentos do mercado financeiro que poderiam afetar o fundo maior. É portanto, um fundo bastante conservador, com quase 80% em renda fixa, dos quais quase 30% em fundos DI, configurando uma estratégia em que não se pretende grande retorno e sim segurança para os recursos de curto prazo do Fundo de Transição.

O Fundo internacional (fundo maior), tem perfil completamente diferente, configurando um fundo de longo prazo (mais de 20 anos), e portanto assumindo riscos maiores em sua carteira com grande parte dos ativos sendo de bolsa de valores (renda variável), o que traz volatilidade muito maior, porém com possibilidade de retorno muito maior. Isso ajuda no alcance das metas de financiamento de longo prazo do Fundo de Transição. Este fundo internacional, gerido pela Julius Bär é medido em dólares.

No Fundo internacional há um total de USD 99 Milhões, sendo o rendimento no último mês negativo em 0,7%. Isso é esperado devido ao perfil do Fundo que é de alta volatilidade. Dado os resultados de julho é esperado que o mês de agosto seja pior porque a renda variável vem caindo. Isso é esperado e o desenho do fundo foi realizado prevendo a volatilidade. O retorno do ano é bom com 15,7% de retorno anual com um retorno real de 14%, muito acima do mandato.

O fundo no Brasil tem R\$ 164 Milhões e também está com bom rendimento no ano (8%) e no mês de julho o rendimento foi também positivo. Como o fundo é extremamente conservador esses resultados demonstram que o Programa pode ter segurança de que o recurso estará garantido para os quatro anos e protegido da volatilidade cambial no mercado doméstico. O fundo está performando bem, um pouco abaixo do *benchmark* mas isso devido ao excesso de zelo com este investimento.

Manoel Serrão comenta que a carteira da Julius Bär é extremamente “limpa” e pede que José Alentejano comente sobre isso. José Alentejano coloca que a Julius Bär, por contrato, precisa atender aos critérios de ESG (Environmental, Social and Governance), que determina que só podem ser feitos investimentos em empresas com bons indicadores de desempenho em questões de governança, questões ambientais e questões sociais. José Alentejano afirma que tanto o gestor nacional como o internacional apresentam boa performance em relação a esses critérios. Caso seja do interesse dos doadores pode ser agendado em uma reunião do CFT uma apresentação da Julius Bär sobre esses critérios.

Fica encaminhada a sugestão de na próxima reunião do CFT haver uma apresentação da Julius Bär.

IX. **ATUALIZAÇÃO SOBRE INOVAÇÕES:**

- **Cartão de Despesas Locais (PO 20/21)**

Sobre cartões Fábio Ribeiro coloca que o Funbio vem investindo na utilização de cartões, pois tem observado que apesar dos desafios logísticos na Amazônia, uma grande quantidade de fornecedores vem aderindo as empresas operadoras de cartões como o cartão combustível, o cartão alimentação e o cartão manutenção. O Funbio tem recebido fornecedores e percebeu que há rede fornecedora para utilização dos cartões sobretudo nas capitais e municípios maiores da Amazônia.

Neste sentido faz parte da estratégia a realização da implantação de uma nova modalidade de execução que deve ser iniciada a partir de 2020 em substituição a conta vinculada com um novo perfil de consumo. Trata-se de um cartão de débito, denominado despesas locais, que terá saldo mensal com teto de R\$ 3.000,00. Será emitido um cartão por UC e novas regras de utilização dessa ferramenta estão sendo estruturadas pelo Funbio. O cartão de despesas locais vai cobrir pequenas despesas e o consumo de itens como combustível, alimentos e manutenção de veículos passarão a ser realizados nos cartões.

Manoel Serrão acrescenta que foi realizada uma análise do consumo da conta vinculada e 30% dos gastos locais são com combustíveis, 25% a 27% com alimentos, também havia uma demanda grande pela contratação de serviços de pessoa física que já vem sendo coberto pela solicitação de autônomo, além da demanda pela contratação de serviços de manutenção. Portanto em torno de 80% do recurso que está atualmente disponível na ferramenta conta vinculada. Já migrou ou deve migrar até o final de 2019 para outras formas de contratação. Isso vem sendo testado paulatinamente para que o Arpa não sofra movimentos abruptos. Foram feitos testes em outros programas executados pelo Funbio com o Cartão Alimentação e Combustível e já foi realizado um piloto no Arpa com 19 UCs rodando o cartão combustível.

Encaminhamento: Funbio deve implantar a partir do biênio 2020/2021 uma nova modalidade de execução de pequenas despesas na ponta em substituição a conta vinculada, que será descontinuada. Neste contexto será implantada a modalidade despesas locais com teto mais baixo e novas regras de execução.

- **Cartões (combustível e alimentação e manutenção)**

A fase piloto do Cartão combustível foi concluída em 2018 e a partir de 2019 foi iniciada a fase de expansão da utilização da ferramenta. Das 117 UCs do programa 85 já tem seus cartões emitidos e entregues, e 32 estão efetivamente fazendo uso da ferramenta. O Funbio vem empreendendo esforços para que todas as UCs utilizem os cartões com objetivo que a partir do próximo biênio essa seja a principal ferramenta de execução para compra de combustíveis.

O trabalho de expansão vem sendo bem-sucedido e espera-se que até o final de 2019 todas os cartões emitidos estejam sendo utilizados. Para as UCs que realmente não puderem fazer uso da ferramenta, por dificuldades logísticas, o Funbio vai continuar lançando mão dos contratos guarda-chuva de combustível.

O cartão tem a vantagem de facilitar para gestores e Funbio a operação, com planejamentos semestrais e recargas automáticas permitindo que os gestores operem sem a necessidade de solicitações frequentes no sistema cérebro. Manoel Serrão coloca que houve um diálogo com o ICMBio, pois o Funbio percebeu que a forma de atuação com o cartão combustível de alguma forma não atendia a demanda por controle do ICMBio. Partindo desta constatação, o formato de planejamento do cartão foi adaptado aos controles do ICMBio, onde placa,

quilometragem, quantidade de combustível são registrados dando mais segurança para o uso da ferramenta

Para o cartão alimentação já há uma empresa em fase de contratação e o piloto será iniciado a partir de outubro com 10 UCs. Os dados e informações necessárias para início do piloto já estão com o Funbio. A partir do próximo biênio será realizada uma grande expansão para todas as UCs. A experiência com o piloto do Cartão combustível já possibilitou ao Funbio ter melhor conhecimento dos desafios e etapas a seguir, de modo que se espera uma implantação do cartão alimentação com menos contratempos.

Para o cartão manutenção o Funbio recebeu empresas especializadas, mapeou a rede de distribuição do serviço na Amazônia para verificação das cidades onde há serviço autorizado para realização de manutenção de veículos e embarcações. Foi elaborada uma especificação técnica e uma chamada para contratação foi publicada no site do Funbio na semana da reunião do CFT. Será realizado um piloto também com 10 UCs ainda em 2019 para que a expansão seja realizada em 2020.

Thiago Barros pergunta de os serviços associados ao cartão manutenção contemplam troca de pneus, lavagem e óleo. Manoel Serrão responde que o cartão combustível é utilizado para esses serviços. Um ponto importante detectado pelo Funbio na interação com gestores nas prestações de conta da conta vinculada, é que no Amazonas por exemplo, as manutenções de embarcações e veículos em geral são realizadas em Manaus ou em cidades maiores do estado.

Thiago coloca que os valores que serão operados com os cartões são referentes a despesas que anteriormente eram executados via conta vinculada e pergunta se a conta vinculada já foi descontinuada. Manoel Serrão responde que sim, que o valor de *pay cash* será mantido em saldo menor que o habitual, como colocado na explanação sobre o cartão de despesas locais, mas que essas alterações estão previstas para início em 2020.

- **Capacitação de gestores do ARPA**

Fábio Ribeiro coloca que o Funbio precisa capacitar gestores do Programa para que possam operar o sistema cérebro, elaborar especificações técnicas para contratação de serviços, termos de referência para contratação de consultores, etc. Isso é realizado atualmente no Funbio com uma média de três cursos anuais, que vem sendo custeados pelos 14% do Funbio. Este curso prioriza os gestores e pontos focais que acabam de ingressar no Programa, mas como a rotatividade é muito alta não há como contemplar gestores que estão há algum tempo no programa e em muitos casos defasados em relação a novos procedimentos, precisando de reciclagem.

Fábio Ribeiro exemplifica com a solicitação de autônomo, desenvolvida pelo Funbio e com uma lógica particular de operação, que demanda informação aos gestores sobre o passo a passo para utilização do processo.

No biênio 2018/2019, até então o Funbio havia capacitados 92 gestores, com custo aproximado de R\$ 256 mil. As capacitações no Funbio promovem uma interação dos gestores com a instituição que estará em contato direto com eles durante a operação dos POs. Sendo capacitados no Funbio os gestores tem a oportunidade de conhecer os profissionais com quem irão interagir ao longo de seu trabalho no Arpa.

Fábio Ribeiro coloca que é importante manter os cursos no Funbio, porém é importante ir até aos órgãos gestores para que se abra a possibilidade de reciclagem de profissionais, otimizando custos. Exemplifica com uma visita realizada a SEMA Mato Grosso em que pôde-se constatar a demanda por reciclagem de alguns profissionais que não sabiam como preparar alguns tipos de solicitações. Também menciona resultados da auditoria realizada na RDS do Rio Iratapuru em que houve indicação de que gestores teriam pouco conhecimento sobre o Programa Arpa.

Fábio Ribeiro finaliza colocando que os cursos de capacitação de gestores precisam ser mantidos e são uma demanda essencial para o programa continue dando resultados. O Funbio precisa continuar promovendo cursos e seria importante que houvesse uma alocação de recursos do Fundo de Transição, com precisão no MOP, nos mesmos moldes de como recursos são alocados para a secretaria CFT, por exemplo. Foram apresentados custos de um biênio e se isso fosse alocado para o próximo garantiria pelo menos dois treinamentos no Funbio e outros em órgãos gestores.

Manoel Serrão coloca que de forma clara o Funbio faz um pleito se seria possível ter recursos adicionais do FT para cobertura desta atividade. Aldo Souza coloca que concorda que um dos fatores para um bom resultado do Programa é a capacitação. Meg Symington pergunta se é possível a realização de *webinars* para capacitação. Manoel Serrão informa que sim, que parte desses cursos estão disponíveis na rede para os gestores, mas que seria necessário outro tipo de estímulo para que possam assistir.

Aldo Souza coloca que se existe uma dificuldade de utilizar o cérebro deve existir uma correlação com o acesso ao conteúdo didático *on line*. Fábio Ribeiro acrescenta que um ponto a ser considerado é que muitas cidades na ponta, não possuem boa cobertura de internet, o que pode dificultar até mesmo a utilização do cérebro. Há tutoriais disponíveis para os gestores, porém há necessidade de estar perto das pessoas, realizar as explicações e exemplos para que possam assimilar adequadamente o conteúdo. Aldo Souza coloca que entende a demanda, e que concorda que há necessidade de um trabalho que vai além do conteúdo e passa pela aproximação de pessoas e gestão de mudanças.

Mariana Pereira coloca que se os doadores entenderem que é necessário mobilizar recursos do FT específico para essa necessidade, ao invés de alocar o recurso em linha específica, esse recurso poderia ser alocado na linha de capacitação do Programa, caso aprovada pelo CFT, pois é mais uma capacitação que deve ser apoiada pelo Arpa e ficaria nessa estrutura, por mais que executada pelo Funbio.

Avecita Chicchón coloca que seria interessante estabelecer metas e indicadores para a demanda para que o CFT possa avaliar a disponibilização do recurso. Manoel Serrão concorda colocando que há meios de verificação pelo Funbio se há efetivo uso do sistema por gestores das UCs. Aldo Souza pergunta se há resultados de avaliação do curso de capacitação de gestores. Fábio Ribeiro responde que há uma longa série de avaliações do curso realizadas pelos gestores capacitados, e que os resultados serão levados para o próximo CFT.

Manoel Serrão reforça que a colocação de Meg Symington é pertinente de modo que as capacitações *on line* também são importantes e precisa haver investimento nessa frente de trabalho.

O CFT fica de avaliar na próxima reunião os resultados das avaliações do curso de capacitação de gestores do Arpa realizado pelo Funbio, bem como a proposta de indicadores e metas a ser desenvolvida pelo mesmo. Essas informações darão subsídios para uma decisão sobre fomento das capacitações com recursos do Fundo de Transição.

X. APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE FUNDO DE CONTINGÊNCIA

Fábio Ribeiro realiza apresentação com proposta para criação de um fundo de contingência para cobertura de custos no caso de efetivação de risco. Os principais riscos da operação do Arpa estão mapeados e o planejamento, prevenção, mitigação e resposta rápida são ações implantadas pelo Funbio para lidar com riscos. Como ferramentas e procedimentos são realizados seguros, cláusulas contratuais, regras e procedimentos, checagens/conferências, *compliance* institucional, ferramentas de comunicação sempre com abordagem inclusiva. Este pacote para lidar com riscos é custeado pelos 14% do Funbio.

Porém há demandas em que um fundo de contingência se faz necessário, pois perpassam os controles adotados gerando passivos. As principais ocorrências mapeadas são:

- Sinistros com acidente ou óbito;
- Ações trabalhistas
- Sinistros com perda material (fora do previsto nos contratos)
- E demais situações que por motivo excepcional transpassem as previsões contratuais implicando em ônus para o ARPA.

Para estes casos um Fundo de Contingência compõe uma camada de redundância como estratégia adicional para lidar com riscos. Isso confere segurança e uma base confiável para a tomada de decisões e assegura resposta imediata e adequada a magnitude da ocorrência.

Fábio finaliza colocando que seria um recurso com previsão no MOP, destinado num PO adicional exclusivo para contingências, operado pelo Funbio, e utilizado apenas em casos de necessidade. Seria realizada a prestação de contas do uso dos recursos, bem como a devolução ao final do biênio de valores residuais no PO. De acordo com uma estimativa baseada em casos ocorridos nos últimos anos, um PO de R\$ 200 mil seria o suficiente para cobertura da estratégia.

Manoel Serrão coloca que seria um provisionamento de recursos. Avecita Chicchón questiona sobre a necessidade deste PO de contingência uma vez que até hoje não se provisionou recurso para esta finalidade. Manoel Serrão detalha os últimos ocorridos e que o Funbio tem absorvido os custos, mesmo se precavendo com seguros e acordos contratuais.

Avecita Chicchón pede que estas perdas e seus impactos financeiros sejam apresentadas na próxima reunião.

Mariana Pereira informa que pode levar para o CFT levantamentos associados ao combate do fogo. Manoel Serrão coloca que pode ser uma informação adicional para se pensar em relação ao fundo de contingência.

Miguel pergunta Todos os recursos de contingenciamento serão destinados a um pagamento de um CNPJ, seguradora, ou o Funbio seria reembolsado pelos custos. Manoel Serrão esclarece que seria um recurso destinado diretamente para cobrir eventos como os listados.

Mariana Pereira acrescenta que no caso apresentado por Manoel Serrão sobre sinistro de veículo em UC da Terra do Meio o Funbio realizou o pagamento que será ressarcido pelo PO da UC.

Miguel esclarece que a preocupação é com relação ao que seriam de fato gastos elegíveis com o recurso do Programa, já que no contrato de contribuição financeira e acordo em separado são explicitados os itens que podem ser cobertos com este recurso. Manoel Serrão coloca que para a próxima reunião serão levados os casos específicos e deixa claro que não se trata de pagamento ao Funbio e que custos associados a falhas operacionais do Funbio não devem ser considerados para o Fundo de Contingência.

Manoel Serrão informa que há uma série de situações em que não seria possível obter um seguro para cobertura de riscos a que o programa está exposto porque há contratações que não contemplem todas as exigências da seguradora, a exemplo a contratação de um barco com todos os pré-requisitos da NORMAM.

José Alentejano sugere ao Funbio avaliar a contratação de um seguro de riscos operacionais que contemplem as situações que não podem ser objeto de seguro específico.

O Funbio se compromete em apresentar na próxima reunião do CFT do detalhamento dos riscos a que foi exposto e para os quais considera importante a criação de um fundo de contingência. Valores serão apresentados como referência para deliberação do CFT quanto a criação do fundo.

XI. **NGIs DO ICMBio – APRESENTAÇÃO DA NOTA TÉCNICA E DELIBERAÇÃO DO CFT**

Camila Lobo realiza apresentação sobre a proposta de incorporação dos NGIs ao programa Arpa. A apresentação resume as informações apresentadas na nota técnica preparada pelo ICMBio e disponibilizada ao CFT. Camila coloca pontos importantes como a otimização de esforços de pessoal, a visão estratégica sobre a gestão dos territórios das UCs, a estruturação dos trabalhos em macroprocessos destacando a importância de criação de novas estruturas de UCs dentro do Cérebro organizadas de acordo com as áreas temática.

As UCs não apoiadas pelo Arpa seriam beneficiadas indiretamente e o mesmo aconteceria com as UCs Arpa e recursos destinados as UCs não Arpa.

Mariana Napolitano pergunta se os arranjos de NGI não serão alterados e Camila responde que não, que as NGIs já são uma realidade em execução e que a proposta em curso seria a inserção do arranjo na estrutura operacional do Arpa. Mariana Napolitano continua afirmando que o aumento de contrapartida não necessariamente pode ser contabilizado para UCs do Arpa, já que o recurso não estaria sendo diretamente utilizado em UCs do Programa. Miguel Lanna complementa que isso pode acontecer com UCs não arpa também em situação em que recursos de UC do Arpa estejam sendo aportados em atividades de UCs não Arpa, entender as particularidades da execução dos recursos seria uma ação a mais a ser empreendida, que certamente traria um desafio a mais e que teria que ser realizado também com os demais órgãos gestores.

Camila confirma que o recurso orçamentário será tratado de maneira global e portanto, não será possível dizer se está ou não sendo utilizado em UC Arpa dentro do arranjo, porém com recurso Arpa seria possível verificar se estaria utilizando com UCs Arpa.

Aldo Souza acrescenta que é preciso entender os desafios operacionais do ICMBio como maior operador do Arpa. Além da discussão conceitual seria interessante ter ações práticas, a exemplo há NGI em que UCs tem recursos do Programa Arpa e outras não apoiadas tem recursos do KfW por outros projetos. É preciso entender se há uma diluição dos recursos do Arpa, mas essa é uma ação complexa de identificar. Aldo Souza não vê oposição ao modelo, mas considera importante haver conhecimento claro de quais UCs estão recebendo apoio de outros programas.

A partir deste momento inicia-se uma discussão acerca da estruturação dos POs para NGIs. Thiago questiona porque não colocar a NGI inteira num único PO em vez de vários divididos por macroprocesso. Camila Lobo coloca que a proposta de adequação dos POs para NGIs traria maior praticidade na operação do mesmo e execução do recurso.

Mariana Pereira detalha que para manter o rastreamento de execução por UC é necessária essa estrutura.

Manoel Serrão chama atenção que talvez essa deva ser uma implementação de forma experimental, provocando a contagem de quantas UCs Arpa estão no arranjo e quantas não são apoiadas pelo Programa Arpa. Como ainda não se sabe se os NGIs no Arpa vão funcionar bem seria interessante iniciar a implementação aos poucos. A inserção dos POs no sistema é uma questão mais administrativa que pode ser resolvida, porém o centro da discussão é qual o ganho a ser obtido com os arranjos e isso precisa ser bem monitorado. Assim Manoel Serrão sugere que sejam escolhidos alguns NGIs para realização da experimentação no Arpa visando fuga de recursos e benefícios.

Avecita Chicchón coloca que entende a questão de limitação de pessoal e tentativa de maximizar os recursos existentes, porém preocupa uma possibilidade de ambas as áreas (Arpa e não apoiadas pelo Programa) não terem a atenção apropriada dentro dos arranjos. O objetivo não é desconstruir a ideia, mas sim construir algo que alcance o maior impacto positivo. Miguel Lanna coloca que um interesse específico do KfW é apoiar estratégias que otimizem recursos com melhores resultados, porém é importante que se tenha rastreabilidade e monitoramento. José Alentejano pergunta se o ICMBio consegue garantir a rastreabilidade numa experimentação com NGIs no Arpa, Camila responde positivamente e a proposta de experimentação no próximo PO é aceita por todos.

Inicia-se uma discussão para identificação de quais seriam os NGIs que poderiam fazer parte de um ciclo experimental de um Plano Operativo. ICMBio sugere a UNA de Itaituba, NGIs Terra do Meio e Roraima para o teste. Mariana Napolitano sugere a inserção de uma outra NGI, ou substituição, para ver uma opção onde há vazamento de recursos. A sugestão é NGI Carajás.

Será implantado no próximo PO (2020/2021), em caráter experimental, o modelo de gestão por NGI para as NGIs de Itaituba, Terra do Meio, Roraima e Carajás. Durante essa fase haverá total rastreabilidade do recurso por UC. Ao final do biênio os resultados serão avaliados para uma tomada de decisão em relação à permanência ou não desse arranjo no Programa Arpa e a inclusão ou não de outros arranjos (NGI) do ICMBio.

XII.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DO INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO REALIZADO NA FASE II DO PROGRAMA E PROPOSIÇÃO DE LINHAS DE APOIO E VALORES PARA A NOVA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO PARA A FASE III.

Mariana Pereira apresenta uma proposta de arranjo de apoio a capacitação pelo Programa, tendo como base os resultados obtidos com recursos aplicados em capacitação na Fase II do Programa.

As capacitações foram realizadas entre os anos de 2014 e 2016, totalizando 239 pessoas capacitadas com um investimento realizado em torno de R\$ 445 mil. Foram 19 cursos ofertados em cinco linhas, quais sejam: administrativo, geoprocessamento, gestão sócio ambiental, regularização fundiária e sustentabilidade financeira.

Mariana Pereira prossegue colocando que para um novo plano de capacitação poderiam ser inseridos os eixos temáticos administrativo, para novos gestores do Programa; sustentabilidade financeira, para fortalecimento da estratégia de contrapartida do programa por parte dos órgãos gestores; elaboração de plano de manejo, já que há 19 UCs que precisam alcançar este marco referencial, para as quais seria interessante utilizar a metodologia mais prática e barata do ICMBio; Planos de Proteção, sobretudo no estado do Amazonas; a implementação dos protocolos de monitoramento; e por fim os processos de demarcação.

A UCP não pensou em um valor específico e sim na manutenção do valor que foi investido com recursos da fase II. Além disso, Mariana Pereira propõe a inserção dos recursos de capacitação operacional mencionados na apresentação do Funbio, propondo a inserção destas capacitações na estrutura do plano de capacitação do Arpa.

Camila Lobo coloca que o impacto das capacitações é positivo e o ICMBio vem investindo na preparação de pessoal da ponta para que possam executar os marcos referenciais do Programa. Porém não há números para apresentar no momento. Algumas capacitações foram realizadas sem recursos arpa e seria importante ter recursos para ampliar a estratégia.

Manoel Serrão sugere que sejam pensados e testados indicadores para apoio a capacitação, com a criação de linhas de apoio e monitoramento de resultados.

Mirela destaca a importância de estabelecimento de indicadores para mostrar a eficiência das capacitações dentro do Programa e para o próprio ICMBio. O MMA tem focado neste tipo de análise e há dificuldades na identificação dos números, já que eles existem, mas não estão sistematizados. Assim sendo, a sistematização desta informação no Arpa seria muito bem-vinda.

Mariana Pereira informa que no GEF Mar existe uma bolsista contratada para concentrar o planejamento das capacitações para o programa. Seria interessante se algo semelhante fosse aplicado no ARPA. Coloca que para essa apresentação foi realizado um exercício breve, mas a ideia seria realizar um planejamento mais detalhado para apresentação para o CFT.

Aldo Souza coloca que a Anglo vem atuando com a realização de capacitações para plano de manejo de RPPN em Goiás e que seria interessante Tiago Alves colaborar com essas experiências.

O CFT encaminha o tema apontando a necessidade do MMA realizar o refinamento do plano de apoio a capacitação com recursos do programa proposto pela UCP, incluindo indicadores de resultados e valores a serem aportados pelo FT para uma apresentação na próxima reunião do CFT.

XIII. **CARTA PARA O FUNDO AMAZÔNIA ACERCA DA PROPOSTA DE APOIO AO PROGRAMA ARPA.**

Manoel Serrão realiza a leitura da carta elaborada por solicitação do CFT para o Fundo Amazônia. Após a leitura uma discussão é realizada acerca da pertinência de envio da carta. Meg Symington sinaliza que para os doadores é muito importante que a proposta avance, por ser um compromisso pactuado no âmbito do Programa.

Todos concordam que apesar de legítima por parte do Funbio a proximidade em acompanhar o andamento da análise da proposta, o momento não seria apropriado para emissão de uma carta com assinatura dos doadores.

Foi consenso que o Funbio pode seguir realizando o acompanhamento do processo junto ao Fundo Amazônia, porém com o cuidado de não agregar peso político de modo a resguardar os interesses do Programa. Após discussão sobre o tema **O CFT se posiciona não favorável para emissão da carta em nome dos doadores/ARPA, pois não produziria o efeito desejado.**

Com relação ao último desembolso do Programa Paisagens Sustentáveis Adriana Moreira informa que não há demanda urgente por parte do Banco Mundial, de modo que seria possível esperar. Doadores também se posicionam colocando que também não teriam urgência em relação a um retorno do BNDES.

José Alentejano questiona se o Funbio tem o interesse em fazer essa consulta neste momento. **Manoel Serrão informa que o Funbio consultará o BNDES em visita de cortesia visando identificar se uma carta seria adequada para o momento e posteriormente informará aos doadores.**

Foi deliberado que o CFT não vai apresentar a carta para o BNDES. Doadores declaram ter disponibilidade para aguardar as interações que o Funbio continuará realizando junto ao Fundo Amazônia.

XIV. **DELIBERAÇÃO SOBRE O FLUXO DE ANÁLISE DO RELATÓRIO I PELOS MEMBROS DOADORES.**

Miguel Lanna questiona se os doadores para entender como é feita a análise no relatório I por parte de cada instituição. Pergunta se seria pertinente o alinhamento de um fluxo entre os doadores para que a análise seja realizada e um parecer emitido.

Meg Symington informa que encaminha o relatório para o setor de finanças do WWF e como não houve até então nenhum *finding* sobre os documentos, ela não se ateve aos mesmos. Vecita Chicchón coloca que a Moore recebe os relatórios, porém no caso específico do relatório I a análise fica a cargo da equipe do WWF, no âmbito do *grand agreement* entre as instituições.

Adriana Moreira informa que o relatório é analisado pela *financial manager specialist* do Banco Mundial e há um parecer interno que ela poderia compartilhar com o KfW. O banco Mundial não pode abrir mão deste parecer devido a responsabilidade fiduciária com o GEF. Miguel Lanna coloca que teria interesse em receber essa análise do Banco Mundial para que o possam utilizar como uma opinião a mais e não emitam opinião unilateral por parte do KfW acerca do documento. Adriana informa que será necessário receber uma solicitação por parte do KfW. Finalmente Adriana informa o Banco Mundial também pode realizar missões de acompanhamento em conjunto com outros doadores, caso seja do interesse.

Foi deliberado que o Banco Mundial irá compartilhar com os demais doadores parecer das auditorias após solicitação do Funbio

XV. **ENCERRAMENTO**

Mariana Pereira informa que 2 UCs criadas, PARNA Acari e Rebio Manicoré, entraram no Programa.

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<p>Deliberação: Após leitura da carta de exposição de motivos de Luis de Souza comunicando seu desligamento do CFT, José Alentejano é eleito para substituí-lo.</p>	<p>CFT</p>
<p>Encaminhamento: A reestruturação do Comitê do Programa deverá ser discutida também no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, na reestruturação do Projeto.</p>	<p>Adriana Moreira</p>
<p>Encaminhamento: Doadores deliberam por pela realização de uma discussão futura acerca da representação dos mesmos no Comitê do Programa.</p>	<p>Doadores CFT</p>
<p>Deliberação: Gerar no Fórum Técnico do dia 17/09, discussão sobre o tema incêndios florestais para obtenção de dados precisos de onde atuar, além disso realizar estimativa de custos de apoio a essas frentes para apresentação ao CFT.</p>	<p>UCP</p>
<p>Deliberação: Compartilhar com o CFT os relatórios gerados pelo ICMBio com alertas e ações de resposta desencadeadas no combate a incêndios florestais.</p>	<p>ICMBio</p>
<p>Deliberação: Realizar discussão de critérios de grau de degradação como condição de manutenção de apoio pelo Programa Arpa. A UCP se compromete em levar para o ciclo de planejamento 2020/2021 uma visão estratégica com foco na melhoria de performance das UCs do Programa. UCP se compromete em apresentar para o CFT a lista de UCs mais ameaçadas do Programa e ICMBio se compromete em fornecer a lista das UCs Federais.</p>	<p>CFT/UCP/ICMBio</p>
<p>Deliberação: Todos estão de acordo que não será mais adotada a prática de solicitações de final de PO, especificamente forçando a execução residual de recursos do PO 18/19. O ciclo de planejamento deverá ocorrer normalmente tendo como base os valores gerados pela modelagem de custos e financeira do Programa, visando a consolidação com base no</p>	<p>UCP/Funbio</p>

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<p>novo plano de consolidação. Em dezembro, na próxima reunião do CFT, após avaliação pelo CFT do que foi planejado para alcance das metas, haverá deliberação quanto a disponibilidade de recursos para o biênio 2020/2021. Na reunião do fórum técnico a UCP deve pactuar com pontos focais que não haverá as solicitações para consumo de saldo de final de PO.</p>	
<p>Encaminhamento: Funbio avalie a possibilidade de incluir a verificação do cumprimento das recomendações como ponto da auditoria interna do Funbio; Discutir se há necessidade de retorno, em exercício futuro, em UCs já auditadas.</p>	CFT/UCP/Funbio
<p>Encaminhamento: sugestão de na próxima reunião do CFT haver uma apresentação da Julius Bär.</p>	CFT/Funbio
<p>Encaminhamento: Funbio deve implantar a partir do biênio 2020/2021 uma nova modalidade de execução de pequenas despesas na ponta em substituição a conta vinculada, que será descontinuada. Neste contexto será implantada a modalidade despesas locais com teto mais baixo e novas regras de execução.</p>	Funbio
<p>Encaminhamento: O CFT fica de avaliar na próxima reunião os resultados das avaliações do curso de capacitação de gestores do Arpa realizado pelo Funbio, bem como a proposta de indicadores e metas a ser desenvolvida pelo mesmo. Essas informações darão subsídios para uma decisão sobre fomento das capacitações com recursos do Fundo de Transição.</p>	CFT/Funbio
<p>Encaminhamento: O Funbio se compromete em apresentar na próxima reunião do CFT do detalhamento dos riscos a que foi exposto e que considera importante a criação de um fundo de contingência. Situações e valores serão apresentados como referência para deliberação do CFT quanto à criação do fundo.</p>	Funbio
<p>Deliberação: Será implantado no próximo PO (2020/2021), em caráter experimental, o modelo de gestão por NGI para as NGIs de Itaituba, Terra do Meio, Roraima e Carajás. Durante essa fase haverá total rastreabilidade do recurso por UC. Ao final do biênio os resultados serão avaliados para uma tomada de decisão em relação à permanência ou não desse arranjo no Programa Arpa e a inclusão ou não de outros arranjos (NGI) do ICMBio.</p>	ICMBio

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<p>Encaminhamento: Realizar o refinamento do plano de apoio a capacitação com recursos do programa proposto pela UCP, incluindo indicadores de resultados e valores a serem aportados pelo FT para uma apresentação na próxima reunião do CFT.</p>	<p>UCP</p>
<p>Deliberação: CFT não vai apresentar a carta ao BNDE solicitando informações acerca da proposta em análise. Doadores declaram ter disponibilidade para aguardar as interações que o Funbio continuará realizando junto ao Fundo Amazônia.</p>	<p>CFT</p>

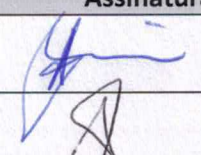
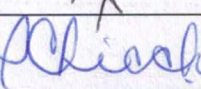
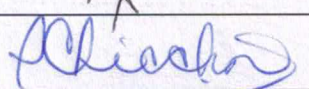
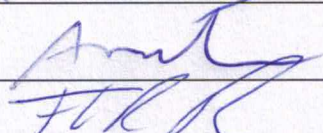
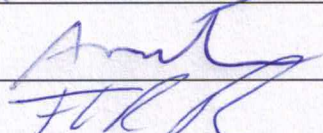
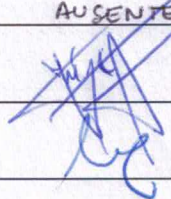
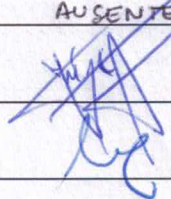
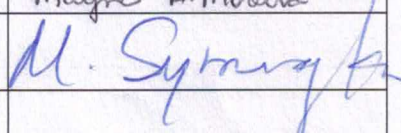


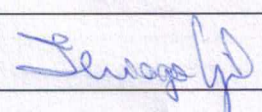
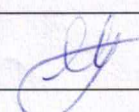

Brasília, 29 de agosto 2019.

Lista de Presença

Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 29/08/2019

Brasília

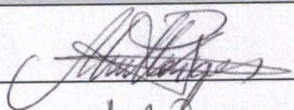
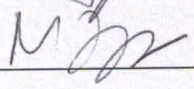
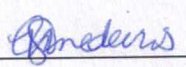
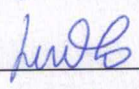
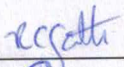
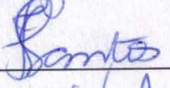
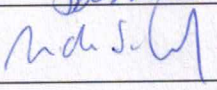
LISTA DE PRESENÇA – 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
2	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
3	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	avecita.chicchon@moore.org	
4	Florian Arneth	KfW	florian.arneth@kfw.de @kfw.de	
5	Fábio Ribeiro	Gerente ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
6	Gustavo Fonseca	GEF	gfonseca1@thegef.org	AUSENTE
7	João Paulo Sotero	MMA	joapaulo.sotero@mma.gov.br	AUSENTE
8	José Augusto Alentejano	WWF	jalentejano@gmail.com	
9	Manoel Serrão	Superintendente de Programas/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
10	Marcelo Moises de Paula	MPOG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	AUSENTE
11	Mariana Pereira	MMA	mariana.pereira@mma.gov.br	
12	Mayne Moreira	Assistente de Projetos/Funbio	mayne.moreira@funbio.org.br	Mayne A. Moreira
13	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
14	Renata Gatti	MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
15	Rosa Lemos de Sá	Secretária Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	AUSENTE
16	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	AUSENTE
17	Thales do Carmo	Assistente de Projetos/Funbio	thales.carmo@funbio.org.br	
18	Edegar B. Silva	Assistente de Projetos/Funbio BSB	edegar.silva@funbio.org.br	
19	THIAGO GILBERTO BARROS	MMA	thiago.barros@mma.gov.br	
20	Mariana Ferreira	WWF-Brasil	marianaferreira@wwf.org.br	
21	Miguel Lemos	KfW	miguel.lemos@kfw.de	
22	Camila Loba	DPES/ICMBio	camila.loba@icmbio.gov.br	

Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 29/08/2019

Brasília

LISTA DE PRESENÇA – 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
23	Müller Borges, S. Uldes	^{MMA} Secretaria Biodiversidade	muller.uldesh@mma.gov.br	
24	MARCO BUENO	DAP MMA	marco.bueno@mma.gov.br	
25	Núbia Medeiros	Secretaria de Biodiv.	nubia.medeiros@mma.gov.br	
26	Lívia Souza	Anglo American	livia.souza@angloamerican.com	
27	Renata Gatti	MMA/SBIO/DAP	renata.gatti@mma.gov.br	
28	Fernanda Santa	DPES/ICMBio	fernanda.santa@icmbio.gov.br	
29	ANDRÉ SCHIESSL	DAP/MMA	andre.schiessle@mma.gov.br	
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				